



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 2/2015

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

A Prefeita Municipal de Sete de Setembro torna público, pelo presente Edital de Tomada de Preço nº 2/2015, do tipo **Menor preço global**, autorizada pelo processo nº 769/2015 regida pela Lei Federal 8666/93 e legislação pertinente, que serão recebidos os envelopes contendo documentação e proposta na Prefeitura Municipal de Sete de Setembro, situada na Rua Edmundo Grassel, 1245 em Sete de Setembro-RS, **no dia 13/05/2015, até às 09:00 horas** e dado início à abertura da documentação.

1 – DO OBJETO:

- 1.1. A presente licitação visa a contratação de empresa para construção de garagem para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, envolvendo mão de obra e material, com recursos da Secretaria Estadual de Saúde e contrapartida do Município, visando a execução de demanda da Consulta Popular 2013/2014, conforme descrição abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
1	1	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO	1 UN

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 2.1 A participação nesta licitação é restrita às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e as Cooperativas, que tenham auferido no ano calendário anterior receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 e esta de acordo com o art. 34 da lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007 legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada.
- 2.2 Não poderão participar da presente licitação, **além do Microempreendedor Individual**, as empresas que:
- 2.2.1 Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;
 - 2.2.2 Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município de Sete de Setembro;
 - 2.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
 - 2.2.4 Possuam em seu quadro societário servidor público ativo, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
 - 2.2.5 Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;
 - 2.2.6 Não se enquadrem na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativa, que tenha auferido no ano calendário anterior receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 e esta de acordo com o art. 34 da Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007;



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



- 2.2.7 Estejam reunidas em consórcio, pois consideramos que a formação de consórcio prejudicaria o caráter competitivo do certame;
- 2.2.8 Não tenham entregado toda a documentação necessária para emissão do Certificado de Registro Cadastral – CRC, até a data limite prevista no subitem 3.1.

3 – DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL:

3.1. Para emissão do Certificado de Registro Cadastral - CRC, os interessados deverão apresentar, **até às 17:00 horas do dia 08/05/2015** os seguintes documentos, em originais ou fotocópias autenticadas:

- 3.1.1. registro comercial, no caso de empresa individual;
- 3.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 3.1.3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 3.1.4. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- 3.1.5. prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- 3.1.6. prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
- 3.1.7. prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 3.1.8. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 3.1.9. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 3.1.10. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data **não superior a 30 (trinta) dias**, contados da data de apresentação da proposta;
- 3.1.11. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Débitos Trabalhistas;
- 3.1.12. Declaração conjunta, conforme modelo sugerido no ANEXO I;
- 3.1.13. Comprovante de Registro no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA/RS da empresa ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado;
- 3.1.14. Comprovante de Registro no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA/RS de no mínimo um responsável técnico, ou o visto do CREA/RS, no caso de empresas não sediadas no Estado;
- 3.1.15. Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA);



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



- 3.1.16.** Atestado de capacitação técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que o(s) responsável(eis) técnico(s) vinculados(s) a empresa licitante,** tenha(m) executado, com bom desempenho, serviço pertinente e compatível, ou superior, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação;
- 3.1.17.** Certidão da junta comercial, ou declaração firmada por contador, de que a licitante se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou Cooperativa, que tenha auferido no ano calendário anterior receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 e está de acordo com o art. 34 da Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, conforme modelo sugerido no ANEXO II;
- 3.1.18.** Atestado de visita técnica, emitido pelo Município de Sete de Setembro, **comprovando que o(s) responsável(eis) técnico(s) vinculado(s) a empresa licitante,** tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 3.1.18.1.** Para emissão do atestado referido no subitem 3.1.18, o(s) responsável(eis) técnico(s) vinculado(s) a licitante deverá(ão) agendar previamente a visita técnica, junto ao Setor de Licitações, através do telefone (55) 3614-2318, com antecedência mínima de 24 horas, do horário da visita. As visitas técnicas serão realizadas no horário compreendido entre 8h30min até 11h30min e 14h até 17h, nos dias 29 e 30 de abril de 2015 e nos dias 5 e 7 de maio de 2015.

4 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

- 4.1.** Os licitantes deverão apresentar, no local, dia e hora marcados, dois envelopes denominados, respectivamente, de nº 01 – Documentação e nº 02 – Proposta, os quais deverão estar lacrados e indevassáveis, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 2/2015
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 2/2015
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

- 4.2.** O envelope nº 01 – Documentação deverá conter o Certificado de Registro Cadastral - CRC, fornecido pelo Município de Sete de Setembro e, ainda, se o proponente for representado por procurador(a), deverá conter instrumento público ou particular de procuração, este **com a firma do outorgante reconhecida**, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública.
- 4.3.** O envelope nº 02 – Proposta deverá conter a proposta do licitante, a qual deverá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida de forma clara, não podendo ser manuscrita e nem conter rasuras e incluirá:



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



- 4.3.1. prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias. No silêncio da proposta subentende-se validade de 60 (sessenta) dias;
- 4.3.2. razão social da empresa;
- 4.3.3. valores unitários e totais individuais de todos os materiais e mão de obra indicados em moeda corrente nacional.
- 4.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.
- 4.5. Havendo divergência entre valores em algarismo e por extenso prevalecerão os últimos.
- 4.6. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas financeiras com valor total superior a **R\$ 23.893,80 (vinte e três mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta centavos)**.

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 5.1. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, sendo que será considerado vencedor o licitante que apresentar o **Menor preço global**.
- 5.2. Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por Cooperativa de Trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor dos serviços prestados.

6 - DOS RECURSOS

- 6.1. Dos atos praticados pela Administração, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da lavratura da ata.
- 6.2. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

7 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 7.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Comissão de Licitações encaminhará o processo à autoridade competente para deliberação quanto a homologação e adjudicação do mesmo.

8 - DO CONTRATO:

- 8.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, o licitante vencedor deverá comparecer junto à Prefeitura para efetuar a assinatura do contrato.
- 8.2. Se, dentro do prazo, o licitante não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assim fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 2 (dois) anos.

- 8.3.** Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a assinatura do contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9 - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

- 9.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

0603	10	301	1	1	130	449051820000	Obra Garagem Veículos da Sec. Saúde	2279
0603	10	301	1	1	130	449051820000	Obra Garagem Veículos da Sec. Saúde	2280

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

- 10.1** Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas.
- 10.2** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 11.1.** Em nenhuma hipótese será concedido prazo adicional para apresentação da documentação e propostas exigidas no edital bem como não se admitirão, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.
- 11.2.** Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes legais e os membros da Comissão Julgadora.
- 11.3.** É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 11.4.** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos os participantes retardatários.
- 11.5.** O Município reserva-se o direito de revogar a presente licitação, por conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que com isto caiba direito à indenização, nas hipóteses da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 11.6.** A apresentação dos envelopes por parte do licitante interessado implica na total concordância com as condições do edital de licitação.
- 11.7.** A Comissão de licitações, em qualquer fase da licitação poderá promover diligências para esclarecer ou completar a instrução da licitação, bem como solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes os quais deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.8.** Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:
- ANEXO I – Declaração Conjunta;
- ANEXO II – Declaração de Beneficiário da Lei Complementar 123/2006;



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



ANEXO III – Modelo Sugerido de Proposta de Preços; e

ANEXO IV – Minuta do Contrato.

11.9. Maiores informações sobre a licitação poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Sete de Setembro, em horário de expediente, ou pelo fone (55) 3614-2318 ou 2315.

Sete de Setembro/RS, 20 de abril de 2015.

Rosane Grabia
Prefeita Municipal



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



Anexo I DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ao
Município de Sete de Setembro/RS
A/C DPTO de Licitações

Prezado(a) Senhor(a):

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, que:

a) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

b) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

c) que não possui em seu quadro societário servidor público ativo, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

_____, ____ de _____ de 2015.

(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

Nome:

Cargo:



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



ANEXO II

EMPRESA:
CNPJ/MF N°
ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante, queremos nos utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, **para tanto, declaro sob as responsabilidade da Lei, que a mesma se enquadra como:**

() microempresa

() empresa de pequeno porte

() cooperativa, com receita bruta até o limite de R\$3.600.000,00 e esta de acordo com o art. 34 da lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007.

Por ser expressão da verdade, eu Contador (a) com registro no CRC – RS nº
firmo a presente.

....., em.....de.....de 2015.

Nome completo e assinatura do(a) Contador (a)



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



Anexo III MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA

AO MUNICIPIO DE SETE DE SETEMBRO

REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº ____/2015

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ através de seu Representante Legal, encaminha pela presente, proposta comercial para o objeto deste certame. Declaramos que, no preço abaixo ofertado, estão incluídos todos os custos referentes ao cumprimento do objeto, assim como tributos e outros

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT MATERIAL	VALOR TOTAL MATERIAL	VALOR UNIT MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL MATERIAL + MÃO DE OBRA
1	ESTRUTURA METÁLICA 4 METROS	32 M					
2	TESOURA METÁLICA 7 METROS	28 M					
3	TRELIÇAS METÁLICA 14 METROS	28 M					
4	TERÇA METÁLICA 14 METROS	70 M					
5	TELHA DE ALUZINCO E = 0,50 CM	100 M²					
6	PAREDE LATERAL ALUZINCO E = 0,50 CM	24,5 M²					
7	PARAFUSO AUTO ATARRAXANTE 1/8 X 3/4	490 UN					
8	PINTURA ESMALTE - 2 DEMÃO	70 M²					
9	SAPATAS DE CONCRETO	6 UN					

VALOR TOTAL DOS MATERIAIS:.....
VALOR TOTAL DA MÃO DE OBRA:.....
VALOR TOTAL MATERIAIS + MÃO DE OBRA:.....

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

(Município), em ____ de ____ de 2015.

Representante Legal



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

Município de Sete de Setembro, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Rosane Grabia, inscrita no CPF sob nº 635.473.840-87, doravante denominado de **CONTRATANTE**, com sede administrativa na Rua Edmundo Grassel, 1245, em Sete de Setembro-RS, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.776/0001-25 e,, com sede na Rua...../RS, inscrita no CNPJ sob nºrepresentada neste ato por seu....., Sr., inscrito no CPF sob nº, doravante denominado de **CONTRATADO**, firmam o presente contrato para o fornecimento do objeto, descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto.

Este contrato tem fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, conforme o Processo de licitação protocolado sob nº 769/2015, Edital de Tomada de Preço nº 2/2015, regendo-se pela Lei Federal 8.666 de 21 de Junho de 1993 e legislação pertinente, bem como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta do CONTRATADO e pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato visa a contratação de empresa para construção de garagem para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, envolvendo mão de obra e materiais, com recursos da Secretaria Estadual de Saúde e contrapartida do Município, visando a execução de demanda da Consulta Popular 2013/2014, conforme descrição abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR TOTAL
1	1	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO	1 UN	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O preço total do presente contrato é de R\$ (.....), constante da proposta e aceito pelo CONTRATADO como justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

0603	10	301	1	1	130	449051820000	Obra Garagem Veículos da Sec. Saúde	2279
0603	10	301	1	1	130	449051820000	Obra Garagem Veículos da Sec. Saúde	2280

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo para execução do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de execução da obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após a emissão da ordem de execução da obra, a CONTRATADA terá o prazo de no máximo 5 (cinco) dias corridos para:

- apresentação da ART de execução da obra devidamente quitada;
- comprovação de matrícula da obra junto ao INSS (CEI);
- apresentação da relação dos empregados vinculados à obra, com cópia da carteira de trabalho assinada dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO:



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias corridos, após a conclusão do objeto e recebimento do mesmo pelo Setor de Engenharia do Município, mediante apresentação de notas fiscais e da Certidão Negativa de Débitos da obra, emitida pelo INSS.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O CONTRATADO fica obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto licitado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar a execução dos serviços;
- b) Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;
- c) Promover a fiscalização e conferência dos serviços executados pelo CONTRATADO e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços;
- d) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste contrato se cumpridas as formalidades constantes do Edital;
- e) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- f) Notificar, por escrito, ao CONTRATADO, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do CONTRATADO:

- a) Executar o objeto contratado na forma ajustada;
- b) Responder por todos os ônus referentes aos serviços prestados, desde o pagamento da ART de execução da obra, o transporte e todos os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;
- c) Fornecer todos os materiais a serem empregados nas obras, bem como todos os custos de aquisição e transporte. Tais materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- d) Responder pela solidez e segurança dos serviços (mão de obra e materiais) empregados nas obras, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro. A fiscalização da contratante não exime a contratada dessas responsabilidades;
- e) Fornecer todas as ferramentas necessárias para a execução do objeto contratado;
- f) Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo material, equipamentos e ferramentas utilizados nas obras e serviços até a conclusão dos trabalhos;
- g) Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;
- h) Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- i) Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- j) O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO: O CONTRATADO reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal 8666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal 8666/93, amigavelmente, por acordo



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, ou judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de rescisão deste contrato, o CONTRATANTE reterá os créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados e assumirá imediatamente o objeto contratado, por ato próprio do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS: Sujeita-se o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, tais como, notas fiscais rasuradas, e outras.
- b) multa sobre o valor do contrato que será aplicada após regular processo administrativo e descontada dos valores devidos ao CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos seguintes percentuais:

- de 1% pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma pertinente;
- de 2% no caso de a entrega do objeto ocorrer com qualquer irregularidade.

A aplicação das multas dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 15% do valor do contrato, sem prejuízo das perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da rescisão contratual unilateral.

- c) suspensão do direito de contratar com o Município, pelo prazo de 2 (dois) anos no caso de atrasos injustificados e reiterados ou paralisação da execução dos serviços.

- d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal, feita pelo Prefeito Municipal, nos casos de falta grave, tais como, a subcontratação total ou parcial do seu objeto bem como a alteração social ou modificação da estrutura da empresa que venha a prejudicar a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca da GUARANI DAS MISSÕES, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, por assim estarem ambas as partes justas e conformes, de pleno acordo com as cláusulas e condições do presente contrato, assinam o mesmo em quatro vias de igual forma e teor e na presença de duas testemunhas para que produza jurídicos e legais efeitos.

Sete de Setembro-RS, de de 2015.

...
CPF: ...
P/ CONTRATADO

Rosane Grabia
CPF: 635.473.840-87
P/ CONTRATANTE

Testemunhas:

.....

.....